

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.189 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S)	: ADRIANO GIMENEZ MEDINA
ADV.(A/S)	: VANDERLEI CELESTINO DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (eDOC 04, p. 599):

“FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO – CNH –
Apelação de Lucilei: Busca o reconhecimento da conexão entre os processos. Subsidiariamente, requer o perdão judicial ou a diminuição da pena pela delação premiada – IMPOSSIBILIDADE – Provas que permitem convicção quanto à prática do crime – Versão do apelante não convincente – Documento hábil a enganar o homem comum – RECURSO NÃO PROVIDO.

Apelação de Adriano – Requer a conexão de processos – IMPOSSIBILIDADE – O outro processo apresentou trâmite mais célere – Pedido que pode ser formulado junto à Vara das Execuções Criminais para que aprecie a continuidade delitiva entre as penas – RECURSO NÃO PROVIDO.”

No recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, III, “a”, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa ao art. 5º, LIII, da Constituição. Busca-se, em suma, declaração de nulidade da sentença, com devolução dos autos à instância de origem, para que este processo seja reunido a outro supostamente conexo, por entender violado o princípio do juiz natural.

A Presidência da Seção de Direito Criminal do TJSP inadmitiu o recurso sob o fundamento de: (i) deficiência na fundamentação – Súmula 284 do STF; (ii) falta de prequestionamento – Súmula 282 do STF e (iii) revolvimento de fatos e provas – Súmula 279 do STF.

ARE 918189 / SP

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, verifico que o agravo não ataca, especificamente, todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário. Sustenta, tão somente, que não se trata de revolvimento probatório, mas de valoração da prova a um determinado fato. Sendo assim, inviável o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 287 do STF e do art. 544, § 4º, I, do CPC.

Por fim, ressalto que eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo juízo *a quo* demandaria o reexame de fatos e provas e da legislação processual aplicada à espécie, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a vedação contida na Súmula 279 e 280 do STF.

Ante o exposto, não conheço do agravo, nos termos dos arts. 544, § 4º, I, CPC, e 21, §1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2015.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente